



IMPORTÂNCIA DA SUSTENTABILIDADE PARA AS EMPRESAS DO SETOR DE ENERGIA ELÉTRICA: UTILIZAÇÃO DE RELATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE COM BASE NO GLOBAL REPORTING INITIATIVE

Leonardo Fabris Lugoboni

Mestre em Administração pela Universidade Municipal de São Caetano do Sul, Brasil

Centro Universitário FECAP, Brasil

leo_fabris@hotmail.com

Adriana de Toledo Paulino

Especialista em Controladoria pelo Centro Universitário FECAP, Brasil

Centro Universitário FECAP, Brasil

gracianebarbara@yahoo.com.br

Marcus Vinicius Moreira Zittei*

Mestre em Ciências Contábeis pelo Centro Universitário FECAP, Brasil

Centro Universitário FECAP, Brasil

marcuszittei@zittei.com.br

Raquel da Silva Pereira

Doutora em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil

Universidade Municipal de São Caetano do Sul, Brasil

raquelspereira@uscs.edu.br

RESUMO

O Relatório de Sustentabilidade é um instrumento que visa dar maior transparência às atividades empresariais e ampliar o diálogo da organização com a sociedade, tendo em vista a necessidade de comunicar aos *stakeholders* suas práticas socioambientais, além das econômicas. A presente pesquisa buscou compreender de que forma as empresas do segmento de energia elétrica, listadas na BM&FBOVESPA como Nível 1 e Novo Mercado de Governança Corporativa divulgam aos interessados seus Relatórios de Sustentabilidade. Realizou-se análise documental, através dos Relatórios de Sustentabilidade das empresas do setor elétrico: CEEE, Cemig, Cesp, Copel, CPFL, CTEEP, EDP, Eletrobrás, Equatorial, Light, Tractebel e MPX. Foram analisados os relatórios referentes aos anos de 2010, 2011 e 2012. Houve uma sutil evolução na divulgação dos indicadores da *Global Reporting Initiative* GRI, possivelmente por serem reconhecidos internacionalmente, o que proporciona às empresas maior confiabilidade e transparência em suas informações.

Palavras-chave: Sustentabilidade; Setor elétrico; Balanço social; Relatório de sustentabilidade; GRI.

*Autor para correspondência / Author for correspondence / Autor para la correspondencia: Rua Francisco Valente, 173, Apto. 91F, Jd. Esther Yolanda, São Paulo/SP/Brasil, CEP 05374-110

Data do recebimento do artigo (received): 04/mar./2015

Data do aceite de publicação (accepted): 11/Jul./2015

Desk Review

Double BlindReview

THE IMPORTANCE OF SUSTAINABILITY FOR COMPANIES IN THE ELECTRICITY SECTOR: USE OF SUSTAINABILITY REPORTS BASED ON THE GRI - GLOBAL REPORTING INITIATIVE

ABSTRACT

The Sustainability Report is a tool that aims to give greater transparency to the business activities and increase dialogue with the organization of society, keeping in mind the need that businesses and organizations need to communicate the success and challenges of their social and environmental strategies and ethical coherence of its operations. The demonstration is used by companies to promote and highlight their sustainable practices. This research sought to understand how companies in the electric energy sector, listed on the BM&FBOVESPA as Novo Mercado (the higher level of Corporate Governance) and Level 1 Corporate Governance disseminate to stakeholders their sustainability reports. Documentary analysis was performed through the sustainability reports of electric companies: CEEE, Cemig, CESP, Copel, CPFL, CTEEP, EDP, Eletrobrás, Equatorial Light, MPX (lacks any base of reports) and Tractebel. We conducted research reports of companies mentioned 2010, 2011 e 2012, which was seen a great evolution in the dissemination of the indicators of GRI - Global Reporting Initiative, since they are recognized internationally, which gives companies greater reliability and transparency in its information

Keywords: Sustainability; Electricity sector; Social balance; Sustainability report; GRI.

SOSTENIBILIDAD DE IMPORTANCIA PARA LAS EMPRESAS DEL SECTOR ENERGÍA: INFORME DE SOSTENIBILIDAD DE USO EN BASE A GRI - INICIATIVA GLOBAL DE INFORMES

RESUMEN

El Informe de Sostenibilidad es una herramienta que tiene como objetivo dar una mayor transparencia a las actividades de negocio y ampliar el diálogo de la organización con la sociedad, teniendo en cuenta la necesidad de comunicar a los interesados sus prácticas sociales y ambientales, más allá de lo económico. Esta investigación buscó comprender cómo las empresas del sector eléctrico, que se enumeran en el Gobierno BM & FBOVESPA de Nivel 1 y Novo Mercado Corporativo Especial revelan a los interesados los informes de sostenibilidad. Se llevó a cabo el análisis de documentos, a través de los informes de sostenibilidad de las empresas del sector eléctrico: CEEE, Cemig, Cesp, Copel, CPFL, CTEEP, EDP, Eletrobrás, Luz Ecuatorial, Tractebel y MPX. Analizaron los informes correspondientes a los años 2010, 2011 y 2012. Hubo una sutil evolución en la difusión de indicadores de GRI-Global Reporting Initiative, posiblemente debido a que fueron reconocidos a nivel internacional, que ofrece a las empresas una mayor fiabilidad y transparencia de su información.

Palabras clave: Sostenibilidad; Industria de la energía; Balance social; Reporte de sostenibilidad; GRI.

INTRODUÇÃO

Sustentabilidade é utilizar de forma correta e planejada os recursos naturais, de forma a não comprometer o uso desses mesmos recursos no futuro (Eler & Millani, 2007; Basseto, 2010).

O termo “Sustentabilidade” vem sendo utilizado na linguagem das grandes organizações, pois faz parte da estratégia atender às expectativas dos *stakeholders*. O impacto causado na natureza está sendo cada vez mais analisado, tanto pelos órgãos governamentais como pelos não governamentais e pela sociedade. A empresa que se preocupa com a sociedade e com o meio ambiente, além das questões econômicas, é considerada sustentável (Carreira & Palma, 2012; Faria & Nogueira, 2012).

A *Global Reporting Initiative* (GRI), fundada em 1997, é uma organização baseada no desenvolvimento sustentável. Criou uma conceituada estrutura para relatório de resultados das organizações focando no tripé da sustentabilidade – as dimensões econômica, social e ambiental (Faria & Nogueira, 2012).

O setor de energia elétrica, composto basicamente pelos subsistemas de geração, transformação, transmissão, armazenamento, distribuição e consumo final, é desenvolvido por meio de políticas que geralmente pretendem demonstrar que os investimentos objetivam o crescimento econômico e a melhoria das condições de vida da população. A expansão econômica do país está vinculada ao aumento da oferta de eletricidade gerada por investimentos aplicados no setor elétrico e o maior consumo. Tanto a dimensão social quanto a ambiental despertam preocupações, pois a geração e a transmissão causam alterações no ecossistema para atendimento da demanda básica da população causando impactos ambientais (Borges, 2012).

Dentro deste contexto, esta pesquisa busca responder a seguinte questão: como as empresas do setor de energia elétrica divulgam suas práticas sustentáveis? O objetivo é compreender o grau de evidenciação dos Relatórios de Sustentabilidade das empresas listadas na BM&FBOVESPA, cotadas como Nível 1 e Novo Mercado.

As empresas de energia elétrica interferem no meio ambiente para atender às necessidades de acesso para construção de barragens (geração de energia) e de torres de distribuição e transmissão de energia elétrica. Procurou-se verificar se promovem ações que confirmam o papel de empresas socialmente e ecologicamente responsáveis, se apoiam ou patrocinam projetos, programas e eventos sociais, culturais e ambientais voltados para a comunidade (Maçambanni, Bellen & Silva, 2013).

Para as empresas de energia esta pesquisa torna-se importante, pois demonstra a transparência e comprometimento com seus públicos de relacionamento. Não significa dizer que uma organização é sustentável só porque ela publica um relatório de sustentabilidade, mas sim que ela está atenta ao que pode e deve melhorar.

REFERENCIAL TEÓRICO

Neste capítulo será apresentando os conceitos, definições e estudo anteriores sobre Sustentabilidade e as três dimensões, o índice que a BMF&Bovespa utiliza para avaliar as ações de empresas com investimentos sociais e por fim as práticas do GRI.

Sustentabilidade

Desenvolvimento sustentável não se restringe apenas a uma ação, como reduzir as emissões de gases que causam o efeito estufa (Barichello & Araujo, 2009).

O termo desenvolvimento sustentável foi amplamente divulgado a partir de 1987, por meio do Relatório *Brundtland*, da Organização das Nações Unidas, que estabeleceu que desenvolvimento sustentável é o desenvolvimento que "satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras satisfazerem as suas próprias necessidades" (Brundtland, 1987, p. 86). Condição está compartilhada por outros autores (Estender & Pitta, 2008; Ferreira, Pardini & Torresi, 2010; Silva, Reis & Amâncio, 2011; Diniz & Bermann, 2012). Trata-se de uma forma de desenvolvimento que deve considerar a sustentabilidade ambiental, econômica e sociopolítica. Dentro da questão ambiental (água, ar, solo, florestas e oceanos), ou seja, tudo que nos cerca precisa de cuidados especiais para que continue existindo. Portanto, a sustentabilidade econômica e sociopolítica só tem existência se for mantida a sustentabilidade ambiental.

A preocupação é crescente das empresas com responsabilidade empresarial e desenvolvimento sustentável, principalmente aos riscos envolvidos em suas operações, que podem ser diretos, como passivos ambientais e ações legais ou riscos indiretos como comprometimento da imagem e consequente diminuição de vendas e do valor das ações (Perez, 2008).

A conservação do meio ambiente deve estar inserida em uma política de desenvolvimento do país, mas é importante enfatizar que ela não pode ser de apenas uma pessoa ou um governo. O meio ambiente deve ser um cuidado de todos com tudo. Os cidadãos devem estar permanentemente alertas para os perigos das ações mais inocentes que são realizadas no meio ambiente. Porém, mesmo com os alertas dos grupos ambientalistas, a população mundial só começou a tomar consciência do real problema com as graves alterações climáticas que estão ocorrendo e que possivelmente piorarão nos próximos anos, sobretudo se nada for feito para mitigar os impactos gerados pelas ações antrópicas. (Ferreira, Pardini & Torresi, 2010).

A sustentabilidade, nessa abordagem, reconhece as obrigações das organizações para com seus diferentes grupos de interesse e as ações que cumprem essas obrigações são divulgadas aos *stakeholders*. Porém, a perspectiva de conservação do meio ambiente é criticada por Valadão Junior, Malaquias e Sousa (2008), pois, ela carece de evidências teóricas e empíricas que a sustente, caso não cumpra essa condição, poderá ser mais um modismo na área.

Triple Botton Line

Conforme Valadão Junior, Malaquias e Sousa (2008), na literatura internacional parece haver um consenso na noção de sustentabilidade fundamentada na ideia do *Triple Bottom Line* (TBL). Esse pensamento é bastante disseminado. Nele a sustentabilidade assume três dimensões: a ecológica, ou seja, o capital natural; a econômica, também reconhecida como capital artificial; e a social ou capital humano.

É uma ferramenta que mensura a sustentabilidade da empresa pela ótica interna, enquanto pela ótica externa (demais *stakeholders*) analisa a necessidade de corrigir ou manter a sustentabilidade através do TBL. Com o tempo, essas dimensões tiveram sua denominação sutilmente modificada, tornando-se econômico, social e ambiental. Quando uma organização adota o TBL, sua filosofia considera prosperidade econômica, qualidade ambiental e justiça social (Carvalho & Lourenço, 2013). Se nenhum desses elementos estiver voltado para o sustentável, o desenvolvimento geral também não estará.

Conforme Silva e Quelhas (2012), os três pilares se relacionam de forma tal que a sua interseção resulta em viável, justo e adequado, e dos três resultaria no alcance da sustentabilidade.

Desempenho Financeiro

O desempenho financeiro é importante, sem ele os demais desempenhos não podem ser alcançados. Trata do resultado econômico positivo, ou seja, proporciona meios de prolongar a atividade considerando-se os pilares social e ambiental (Rocha, 2012).

O desempenho financeiro precisa assegurar a lucratividade da empresa, medindo os resultados do negócio e quais as necessidades para crescer ou continuar crescendo, avaliando se seus empreendimentos são viáveis ou se suas atividades são economicamente sustentáveis (Estender & Pitta, 2008; Silva & Quelhas, 2012).

Desempenho Ambiental

Esse pilar analisa a interação de processos organizacionais com o meio ambiente, sem causar-lhe danos permanentes e a preocupação relativa aos impactos das atividades humanas sobre o meio ambiente. Deve-se considerar o capital natural, ou seja, a base para a produção humana, os recursos disponibilizados pela natureza que devem ser preservados, sem afetar o equilíbrio da natureza de forma significativa (Estender & Pitta, 2008; Silva & Quelhas, 2012).

Desempenho social

Conforme Silva e Quelhas (2012), esse pilar estabelece ações justas para trabalhadores, para parceiros e para a sociedade.

A maior preocupação deste pilar é com o bem-estar humano, a condição humana e os meios utilizados para aumentar a qualidade de vida e diminuir a desigualdade social. De acordo com

Estender e Pitta (2008), se o sistema social estiver equalizado, a questão ambiental e a econômica também irão progredir de maneira desejada.

Assim, buscando-se o equilíbrio entre os três pilares da sustentabilidade, observa-se uma evolução rumo à uma forma de desenvolvimento que seja sustentável. Para tanto, o estabelecimento de metas e a criação de instrumentos que possibilitem a mensuração dos avanços são fundamentais.

Dentre essas ferramentas de gestão, no Brasil há um índice que evidencia a sustentabilidade empresarial, o ISE – Índice de Sustentabilidade Empresarial, elaborado pela BM&FBOVESPA.

ISE – ÍNDICE DE SUSTENTABILIDADE EMPRESARIAL

Conforme BM&FBOVESPA, o ISE é uma iniciativa pioneira na América Latina, que busca criar um ambiente de investimento compatível com as demandas de desenvolvimento sustentável da sociedade contemporânea e estimular a responsabilidade ética das corporações. Iniciado em 2005, foi originalmente financiado pela *International Finance Corporation* (IFC), braço financeiro do Banco Mundial, e seu desenho metodológico é responsabilidade do Centro de Estudos em Sustentabilidade (GVCes) da Escola de Administração de Empresas de São Paulo, da Fundação Getúlio Vargas (FGV, 2013).

O ISE é uma ferramenta para análise comparativa da performance das empresas listadas na BM&FBOVESPA, sob o aspecto da sustentabilidade corporativa, baseada em eficiência econômica, equilíbrio ambiental, justiça social e governança corporativa. Também amplia o entendimento sobre empresas e grupos comprometidos com a sustentabilidade, diferenciando-os em termos de qualidade, nível de compromisso com o desenvolvimento sustentável, equidade, transparência e prestação de contas, natureza do produto, além do desempenho empresarial nas dimensões econômico-financeira, social, ambiental e de mudanças climáticas (BM&FBOVESPA, 2013).

Ainda conforme BM&FBOVESPA, no Brasil essa tendência tem expectativa de que crescer e se consolidar rapidamente. Atentas a isso, a BM&FBOVESPA, em conjunto com várias instituições – Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência complementar - ABRAPP, Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA, Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Ações - APIMEC, Instituto Brasileiro de Governança Corporativa - IBGC, IFC, Instituto ETHOS e Ministério do Meio Ambiente – decidiram unir esforços para criar um índice de ações que seja um referencial (*benchmark*) para os investimentos socialmente responsáveis, o ISE. Nesse sentido, essas organizações formaram um Conselho Deliberativo presidido pela BM&FBOVESPA, que é o órgão máximo de governança do ISE e tem como missão garantir um processo transparente de construção do índice e de seleção das empresas. Posteriormente, o Conselho passou a contar também com o PNUMA, IBRACON e GIFE em sua composição. A Bolsa é responsável pelo cálculo e pela gestão técnica do índice.

GRI – GLOBAL REPORTING INITIATIVE

Segundo Carreira e Palma (2012) a *GRI - Global Reporting Initiative* é uma organização sem fins lucrativos, localizada na Holanda, que procura disponibilizar linhas orientadoras e matrizes de indicadores que permitem, a todas as organizações, estruturar o seu relato de sustentabilidade, em termos de conteúdo e abrangência.

O Relatório para Sustentabilidade Empresarial da GRI foi criado em 1997 pela ONG norte americana *Coalizition for Enviorenmentally Responsible Economies (CERES)* e pelo *United Nation´s Enviroment Programe (UNEP)* (Oliveira, Campos, Sehnem & Rossetto, 2014). “Representa uma organização baseada em uma rede pioneira com governança *multistakeholder* que colabora no desenvolvimento de regras globais para a elaboração de relatórios de sustentabilidade que incluem dimensões social, ambiental e econômica da empresa” (Rocha, 2012, p. 33).

Desde 2000, a *GRI* apresenta modelos de relatórios de sustentabilidade que se tornaram padrão internacional. Seu propósito é fornecer um arcabouço para os relatórios que fortaleça as ligações entre os aspectos ambientais, econômicos e sociais do desempenho organizacional (Amancio, Reis & Silva, 2011). Periodicamente, a *GRI* lança uma nova versão com a intenção de garantir a qualidade e a credibilidade dos relatórios, bem como a exigência e confiança do que contém em seus relatórios (Oliveira *et al.*, 2014).

Conforme Bassetto (2010), o modelo internacional *GRI* para a apresentação de Relatórios ganha cada vez mais importância. Sua estrutura concentra-se em dois pontos: comparabilidade e flexibilidade, a primeira está ligada à estrutura paralela aos relatórios financeiros e a segunda considera as diferenças legítimas entre organizações e entre setores da economia, acomodando essas diferenças de uma maneira flexível.

A *GRI* estabelece princípios essenciais para a elaboração de relatórios equilibrados e abrangentes sobre o desempenho econômico, ambiental e social de uma organização e esses representam metas que os elaboradores tentam atingir e também devem ser aplicados pelas organizações na elaboração de seus relatórios (Bassetto, 2010; Corrêa, Souza, Ribeiro & Ruiz, 2012). Seu maior objetivo é tornar o balanço socioambiental cada vez mais popular e é um dos relatórios para se comparar o desempenho das empresas (Estender & Pitta, 2008).

A adoção desses princípios pode apresentar as seguintes vantagens: visão abrangente do desempenho econômico, ambiental e social da organização, descrevendo a contribuição da organização ao desenvolvimento sustentável; comparar desempenhos ao longo do tempo e entre organizações distintas; e, imagem de credibilidade dos assuntos importantes para as partes interessadas. De acordo com as diretrizes para relatórios de sustentabilidade da *GRI* (2013), pode-se constituir, em alguns casos, a noção de que cada esfera deva ser analisada isoladamente. Assim, a

definição do tipo “resultado triplo” (econômico, ambiental e social), atingiu um certo consenso como uma boa abordagem inicial para um assunto complexo (Bassetto, 2010).

O SETOR ELÉTRICO

A utilização da energia elétrica, no Brasil, iniciou-se em 1889, por iniciativa de um empresário de Juiz de Fora e desenvolveu-se essencialmente com capital do grupo canadense *Brascan*, proprietário da Light (Light Serviços de Eletricidade) e da AMFORP (*American Foreign Power*) concessionárias dos serviços de geração e transmissão de energia elétrica nos Estados de São Paulo e Rio de Janeiro. Apenas em 1934, com o Código de Águas, o Estado regulamentou esses serviços. A partir dos anos 1950, o desenvolvimento econômico se acelera passando a exigir grandes investimentos em infraestrutura. Com a criação da Eletrobrás (Centrais Elétricas Brasileiras), em 1961, processou-se a formação do setor elétrico como está organizado atualmente, com constituição das empresas estaduais, em geral responsáveis pela distribuição, enquanto as suas subsidiárias responsáveis pela construção de usinas geradoras (Ennes, 1995).

De acordo com a Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica [ABRADEE] (2013), a partir da década de 1990, buscando eficiência e autonomia econômica, o setor elétrico mundial começa a passar por reformas estruturais em sua forma de operação e os segmentos de geração, transporte e comercialização de energia passam a ser separados, sendo administrados e operados por agentes distintos. A principal ideia foi a de que a livre concorrência deveria prevalecer onde fosse possível, com a regulação do Estado. Por sua vez, os setores de transmissão e a distribuição, são considerados monopólios naturais, pois sua estrutura física torna economicamente inviável a competição entre dois agentes em uma mesma área de concessão. Nestes dois segmentos, predomina o modelo de regulação de preços ou regulação por incentivos (ABRADEE, 2013).

Por sua vez, a geração é o segmento da indústria de eletricidade responsável por produzir energia elétrica e injetá-la nos sistemas de transmissão e distribuição para que chegue aos consumidores. Especificamente no Brasil, o segmento de geração é bastante pulverizado, segundo dados da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), com 2.661 empreendimentos geradores (ABRADEE, 2013).

O segmento de transmissão é aquele que se encarrega de transportar grandes quantidades de energia provenientes das usinas geradoras. A interrupção de uma linha de transmissão pode afetar cidades inteiras ou até mesmo estados.

O segmento de distribuição, por sua vez, é aquele que recebe grande quantidade de energia do sistema de transmissão e a distribui de forma pulverizada para consumidores médios e pequenos (ABRADEE, 2013).

De acordo com a Agência Nacional de Energia Elétrica [ANEEL] (2013), órgão regulador, a energia, nas suas mais diversas formas, é indispensável à sobrevivência da espécie humana. E mais

do que sobreviver, o homem procurou sempre evoluir, descobrindo fontes e formas alternativas de adaptação ao ambiente em que vive e de atendimento às suas necessidades. Em termos de suprimento energético, a eletricidade se tornou uma das formas mais versáteis e convenientes de energia, passando a ser recurso indispensável e estratégico para o desenvolvimento socioeconômico de muitos países e regiões. Os avanços tecnológicos em geração, transmissão e uso final de energia elétrica permitem que ela chegue aos mais distantes lugares, transformando regiões desocupadas ou pouco desenvolvidas em polos industriais e grandes centros urbanos.

Conforme Santos, Barbosa, Silva, & Abreu, (2008), o sistema elétrico brasileiro é único no mundo. Sua flexibilidade permite até que a demanda por energia cresça antes da oferta. Essa flexibilidade decorre de o sistema ser uma única e grande reserva hídrica compartilhada, que funciona como uma imensa bateria, que pode produzir muito mais energia do que o consumo normal. Além disso, tem um dos menores custos operacionais e ambientais do planeta.

A ANEEL, por meio do Despacho nº. 3.034 de 21/12/2006, instituiu o modelo para elaboração do Relatório de Responsabilidade Socioambiental das empresas de energia elétrica. Diante disso, optou-se em difundir nesta pesquisa o tema evidenciação ambiental das empresas do setor elétrico brasileiro.

A ANEEL orienta que as empresas publiquem o balanço social (modelo IBASE) dentro dos relatórios socioambientais. Quanto ao modelo utilizado para a elaboração dos relatórios socioambientais, houve predominância das diretrizes da GRI, fato que já vem sendo discutido e demonstrado na literatura nacional e internacional.

METODOLOGIA

Quanto aos objetivos, esta pesquisa é descritiva, pois tem a finalidade de analisar os indicadores de desempenho conforme a GRI e práticas sustentáveis divulgadas pelas doze maiores empresas do setor de energia elétrica, listadas e cotadas na BM&FBOVESPA como Nível 1 e Novo Mercado de Governança Corporativa. De acordo com Cervo, Bervian e Silva (2007) a pesquisa descritiva permite ao pesquisador observar, registrar, analisar e correlacionar fatos ou fenômenos (variáveis) sem manipulá-los.

Quanto aos procedimentos, esta pesquisa é documental, pois utiliza como base de estudo a análise das informações divulgadas nos Relatórios de Sustentabilidade no período de 2010 a 2012, pelas empresas: CEEE, Cemig, Copel, CPFL, CTEEP, EDP, Eletrobrás, Equatorial, Light MPX e Tractebel e conforme Cervo, Bervian e Silva (2007) a pesquisa documental investiga documentos com o intuito de descrever e comparar usos e costumes, tendências, diferenças e outras características estudadas.

As empresas CEMIG, CESP, CEEE, COPEL, CTEEP E ELETROBRÁS, são cotadas como nível 1, pois adotam práticas transparentes, divulgam informações adicionais às exigidas em lei e fácil acesso pelos investidores, já as empresas CPFL, EDP, EQUATORIAL, LIGHT, MPX E TRACTEBEL são cotadas como novo mercado, pois possuem um padrão de governança corporativa altamente diferenciado e que possuem práticas de governança adicionais às exigidas pela legislação brasileira. Com relação à amostra, efetuou-se um corte de modo a analisar as empresas listadas na BM&FBOVESPA como novo mercado e nível 1 de governança corporativa, por entender que possuíam um maior nível de *disclosure*.

Com relação à coleta de dados esta pesquisa utiliza como base as informações sustentáveis divulgadas nos relatórios de sustentabilidade organizacionais, essencialmente a evidenciação dos indicadores de desempenho – GRI para análise do desempenho econômico, ambiental e social.

A verificação e o estudo das informações divulgadas pelas doze maiores empresas do setor de energia elétrica, foram realizados com intuito de comparar e identificar a evolução comportamental dos índices e indicadores em um período de três anos consecutivos, demonstrando as práticas sustentáveis adotadas pelas empresas do setor.

DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Os dados analisados serão apresentados em duas seções, primeiramente comparando a divulgação geral de práticas sustentáveis e depois o grau de evidenciação dos indicadores do GRI.

Análise comparativa da divulgação de práticas sustentáveis

A Tabela 1 foi elaborada através de uma compilação do período de 2010 a 2012 com as informações divulgadas pelas empresas CEEE, Cemig, Copel, CPFL, CTEEP, EDP, Eletrobrás, Equatorial, Light, MPX e Tractebel, com intuito de demonstrar que adotam e divulgam suas práticas sustentáveis anualmente, através da divulgação do relatório de sustentabilidade.

Tabela 1.

Empresas de Energia Elétrica, listadas no Nível 1 e Novo Mercado que publicaram o Relatório de Sustentabilidade nos respectivos anos

| Item | Empresa | Nível de Governança | Relatório de Sustentabilidade | | |
|------|------------|---------------------|-------------------------------|------|------|
| | | | 2010 | 2011 | 2012 |
| 1 | ELETROBRÁS | N1 | Sim | Sim | Sim |
| 2 | CEMIG | N1 | Sim | Sim | Sim |
| 3 | CESP | N1 | Sim | Sim | Sim |
| 4 | CEEE | N1 | Sim | Sim | Sim |
| 5 | COPEL | N1 | Sim | Sim | Sim |
| 6 | CTEEP | N1 | Sim | Sim | Sim |
| 7 | CPFL | NM | Sim | Sim | Sim |

| | | | | | |
|----|--------------------|----|-----|-----|-----|
| 8 | EDP | NM | Sim | Sim | Sim |
| 9 | LIGHT | NM | Sim | Sim | Sim |
| 10 | TRACTEBEL | NM | Sim | Sim | Sim |
| 11 | EQUATORIAL (Cemar) | NM | Sim | Sim | Sim |
| 12 | MPX | NM | Não | Não | Não |

Fonte: Elaborada pelos autores.

Ao analisar a Tabela 1, pode-se observar que apenas a MPX não publicou o Relatório de Sustentabilidade em nenhum dos anos pesquisados. Segundo informações da BM&FBOVESPA, considerando a necessidade de sistematização das informações coletadas no estudo interno desenvolvido pela Companhia para viabilizar a divulgação de informações sobre sustentabilidade no âmbito do padrão da GRI, a MPX pretende publicar seu Relatório de Sustentabilidade até 2015.

A posteriori, buscou-se analisar de que forma essas empresas, ao longo dos anos, divulgaram as informações, indicadores e índices em seus relatórios de sustentabilidade. Para isto elaborou-se uma planilha comparativa por ano e por empresa, evidenciando a média anual dos seguintes tópicos: divulgação do Balanço Social – modelo IBASE, divulgação dos indicadores GRI, avaliação independente do relatório de sustentabilidade e aderência aos princípios ao Pacto Global, como signatária.

Tabela 2.

Percentual médio de evidenciação realizada pelas onze empresas de 2010 a 2012.

| EVIDENCIAÇÃO E DIVULGAÇÃO DOS RELATÓRIOS | 2010 | 2011 | 2012 |
|---|------|------|------|
| Divulgação do Balanço Social - Modelo IBASE | 82% | 100% | 100% |
| Divulgação dos Indicadores GRI | 91% | 91% | 91% |
| Declaração de exame da GRI | 18% | 36% | 36% |
| Avaliação Independente do Relatório de Sustentabilidade | 36% | 55% | 55% |
| Aderência os princípios ao Pacto Global como signatária | 36% | 73% | 73% |

Fonte: Elaborada pelos autores.

Com relação à divulgação dos indicadores GRI não houve nenhuma evolução, pois em três anos o percentual permaneceu o mesmo: 91%, o que demonstra que todas as empresas divulgam seus relatórios com base no GRI, porém nem todos os indicadores, e também nem todas as empresas apresentam a declaração de exame que a GRI disponibiliza àquelas que atendem os requisitos, observando que ainda está muito baixo, por outro lado a divulgação do Balanço Social – Modelo IBASE apresentou um aumento de 82% para 100% .

Pode-se observar que os tópicos Avaliação Independente do Relatório de Sustentabilidade e Aderência aos Princípios ao Pacto Global como signatária apresentaram percentuais levemente crescentes, pois algumas empresas passaram a contratar auditores para certificar seus relatórios, transmitindo maior transparência e confiabilidade as partes relacionadas.

Verificou-se que quase todas as empresas mantiveram a divulgação do Balanço Social – Modelo IBASE em todos os períodos, apenas a empresa EDP e Equatorial não realizaram divulgação no período de 2010.

Com relação à divulgação dos Indicadores GRI, observa-se que todas as empresas divulgam seus relatórios com indicadores da GRI, com exceção da empresa Equatorial, que detém as ações da CEMAR, onde foi observado que havia divulgado os indicadores em 2010, porém já em 2011 e 2012 não houve divulgação nesse padrão. A partir de 2010 todas as empresas deveriam divulgá-los, devido à exigência do mercado e porque permitiria a comparabilidade a nível mundial com as demais empresas.

Pode-se perceber, que no período de 2010 a divulgação de uma auditoria independente não era adotada por todas as empresas, já nos períodos seguintes essa prática se aprimorou razoavelmente, mantendo a média de 55%. De acordo com o grau de evidenciação, nota-se que as empresas Cemig, CPFL, EDP, Eletrobrás e Tractebel optaram 100% por essa ação, fazendo com que as informações tivessem mais credibilidade.

Análise da evidenciação e divulgação dos indicadores GRI

Após análise das formas de divulgação das práticas de sustentabilidade, foi realizado um estudo mais abrangente sobre a utilização dos indicadores de desempenho GRI pelas empresas no período de três anos consecutivos.

O estudo foi subdividido nas categorias de indicadores de desempenho: econômico, ambiental e social. As tabelas foram elaboradas da seguinte forma: na primeira considerou-se o percentual médio anual de divulgação dos indicadores econômicos, e na segunda tabela a análise comparativa foi com base no percentual médio empresarial.

Tabela 3.

Divulgação dos Indicadores Econômicos por Ano – GRI

| EVIDENCIAÇÃO DOS INDICADORES ECONÔMICOS | MÉDIA ANUAL | | | |
|--|-------------|------|------|-------------|
| | 2010 | 2011 | 2012 | Média Geral |
| EC1 - Valor econômico direto gerado e distribuído | 82% | 82% | 91% | 85% |
| EC2 - Implicações financeiras, riscos e oportunidades em razão de mudanças climáticas | 45% | 73% | 82% | 67% |
| EC3 - Cobertura das obrigações do plano de pensão de benefício | 73% | 73% | 73% | 73% |
| EC4 - Ajuda financeira significativa recebida do governo | 36% | 73% | 64% | 58% |
| EC5 - Variação da proporção do salário mais baixo comparado ao salário mínimo local em unidades operacionais importantes | 64% | 64% | 82% | 70% |
| EC6 - Políticas, práticas e gastos com fornecedores locais | 64% | 73% | 91% | 76% |
| EC7 - Procedimentos para contratação local e proporção de membros de alta gerência recrutados na comunidade local | 82% | 73% | 73% | 76% |
| EC8 - Investimentos em infraestrutura e serviços | 64% | 64% | 73% | 67% |

| | | | | |
|--|------------|------------|------------|----------|
| EC9 - Descrição de Impactos Econômicos indiretos | 36% | 64% | 64% | 55% |
| MÉDIA GERAL | 61% | 71% | 77% | - |

Fonte: Elaborada pelos autores.

Conforme mostra a Tabela 3, com relação à evidenciação dos indicadores de desempenho econômico, pode-se observar que no decorrer dos anos houve um aumento razoável, pois no período de 2010 apresentou-se uma média de 61%, o que demonstra que a grande maioria das empresas divulgou, com exceção da CEEE que não divulgou nesse período nenhum dos indicadores. Já em 2011 e 2012 o cenário apontou o percentual de 71% e 77% consecutivamente, devido às empresas terem informado sua divulgação nesse aspecto, contudo, a empresa Equatorial não divulgou nenhum indicador em termos econômicos. As companhias que se destacaram na evidenciação dos indicadores econômicos foram a Cemig, com 96%; a Cesp, com 89%; a CTEEP, com 89%; a Light, com 85%; e a Tractebel, com 100%.

Os indicadores econômicos que apresentaram as maiores médias anuais de divulgação foram EC1 - Valor econômico direto gerado e distribuído com 85%, EC6 - Políticas, práticas e gastos com fornecedores locais e EC7 - Procedimentos para contratação local e proporção de membros de alta gerência recrutados na comunidade local, ambos com 76%.

Tabela 4.

Divulgação dos Indicadores Ambientais por Ano – GRI

| EVIDENCIAÇÃO DOS INDICADORES AMBIENTAIS | MÉDIA ANUAL | | | |
|---|-------------|------|------|-------------|
| | 2010 | 2011 | 2012 | Média Geral |
| EN1 - Materiais usados | 55% | 73% | 64% | 64% |
| EN2 - Percentual dos materiais usados provenientes de reciclagem | 45% | 64% | 64% | 58% |
| EN3 - Consumo de energia direta | 82% | 82% | 82% | 82% |
| EN4 - Consumo de energia indireta | 55% | 64% | 73% | 64% |
| EN5 - Energia economizada em razão de melhorias em conservação | 36% | 64% | 73% | 58% |
| EN6 - Iniciativas para fornecer produtos e serviços com baixo consumo de energia, ou que usem energia gerada por recursos renováveis, e a redução na necessidade de energia resultante dessas iniciativas | 73% | 55% | 73% | 67% |
| EN7 - Iniciativas para reduzir o consumo de energia indireta e as reduções obtidas | 27% | 64% | 73% | 55% |
| EN8 - Total de retirada de água | 64% | 82% | 91% | 79% |
| EN9 - Fontes hídricas afetadas por retirada de água | 36% | 45% | 73% | 52% |
| EN10 - Percentual e volume total de água reciclada e reutilizada | 27% | 55% | 55% | 45% |
| EN11 - Área dentro de áreas protegidas, ou adjacente a elas, e áreas de alto índice de biodiversidade fora das áreas protegidas | 64% | 73% | 55% | 64% |
| EN12 - Descrição de impactos significativos na biodiversidade de atividades, produtos e serviços em áreas protegidas e em áreas de alto índice de biodiversidade fora das áreas protegidas | 64% | 82% | 64% | 70% |
| EN13 - Habitats protegidos ou restaurados | 82% | 82% | 82% | 82% |

| | | | | |
|--|------------|------------|------------|------------|
| EN14 - Estratégias, medidas em vigor e planos futuros para gestão de impactos na biodiversidade | 73% | 82% | 82% | 79% |
| EN15 - Espécies em risco de extinção | 45% | 64% | 55% | 55% |
| EN16 - Total de emissões diretas e indiretas de gases causadores do efeito estufa | 64% | 73% | 73% | 70% |
| EN17 - Outras emissões indiretas relevantes de gases causadores do efeito estufa | 55% | 64% | 64% | 61% |
| EN18 - Iniciativas para reduzir as emissões de gases do efeito estufa e as reduções obtidas | 73% | 82% | 82% | 79% |
| EN19 - Emissões de substâncias destruidoras da camada de ozônio | 55% | 73% | 73% | 67% |
| EN20 - Nox, Sox e outras emissões atmosféricas significativas | 36% | 64% | 73% | 58% |
| EN21 - Descarte total de água, por qualidade e destinação | 64% | 64% | 73% | 67% |
| EN22 - Peso total de resíduos, por tipo e método de disposição | 64% | 73% | 82% | 73% |
| EN23 - Número e volume total de derramamentos significativos | 36% | 82% | 73% | 64% |
| EN24 - Peso de resíduos transportados considerados perigosos | 55% | 64% | 73% | 64% |
| EN25 - Corpos d'água e habitats afetados por descartes de água | 18% | 45% | 64% | 42% |
| EN26 - Iniciativas para mitigar os impactos ambientais de produtos e serviços | 82% | 73% | 73% | 76% |
| EN27 - Percentual de produtos e suas embalagens recuperados | 18% | 45% | 55% | 39% |
| EN28 - Multas significativas e número total de sanções não monetárias resultantes da não conformidade com leis e regulamentos ambientais | 45% | 82% | 73% | 67% |
| EN29 - Impactos ambientais significativos do transporte de produtos e outros bens e materiais | 55% | 73% | 73% | 67% |
| EN30 - Investimentos e gastos em proteção ambiental | 82% | 73% | 73% | 76% |
| EU13 - Indicador de Desempenho Ambiental - Biodiversidade | 27% | 55% | 64% | 48% |
| MÉDIA GERAL | 53% | 68% | 71% | 64% |

Fonte: Elaborada pelos autores.

Com relação à divulgação dos relatórios de desempenho ambientais, conforme Tabela 4, pode-se observar uma evolução ponderada, pois em 2010 a média percentual era de 53% e em 2012 migrou para 71%. Estes dados refletem o quanto as empresas estão a cada período empenhando-se em atuar no mercado com responsabilidade ambiental, essencialmente porque a atividade de energia elétrica impacta diretamente no meio ambiente.

As empresas que apresentaram as médias mais relevantes quanto à divulgação dos indicadores ambientais foram Cemig (95%) e Cesp (86%). O indicador ambiental que apresentou menor média anual de divulgação foi EN27 - Produtos e Serviços, com 39%, pois em 2010, somente a Cesp e CPFL divulgaram esse indicador.

A seguir, a Tabela 5 permite avaliar a evolução da divulgação dos indicadores de práticas trabalhistas. Estas foram elaboradas considerando o percentual médio anual de divulgação dos indicadores econômicos e o percentual médio empresarial.

Tabela 5.

Divulgação dos Indicadores Trabalhistas por Ano – GRI

| EVIDENCIAÇÃO DOS INDICADORES TRABALHISTAS | MÉDIA ANUAL | | | |
|--|-------------|------------|------------|-------------|
| | 2010 | 2011 | 2012 | Média Geral |
| LA1 - Total de trabalhadores por tipo de emprego, contrato de trabalho e região | 91% | 73% | 82% | 82% |
| LA2 - Número total e taxa de rotatividade de empregados | 82% | 73% | 82% | 79% |
| LA3 - Benefícios tempo integral x temporários | 64% | 64% | 73% | 67% |
| LA4 - Percentual de empregados abrangidos por acordos de negociação coletiva | 91% | 73% | 82% | 82% |
| LA5 - Prazo mínimo para notificação de mudanças operacionais | 45% | 64% | 73% | 61% |
| LA6 - Empregados representados em comitês de saúde e segurança | 73% | 73% | 82% | 76% |
| LA7 - Taxas de lesões, doenças ocupacionais, dias perdidos, absenteísmo e óbitos | 82% | 73% | 82% | 79% |
| LA8 - Programas de educação, treinamento, aconselhamento, prevenção e controle de risco para empregados, seus familiares ou membros da comunidade com relação a doenças graves | 91% | 73% | 82% | 82% |
| LA9 - Temas de saúde e segurança cobertos em acordos sindicais | 73% | 64% | 82% | 73% |
| LA10 - Média de horas de treinamento | 82% | 73% | 82% | 79% |
| LA11 - Programas para empregabilidade | 64% | 64% | 73% | 67% |
| LA12 - Análise de desempenho e desenvolvimento de carreira | 73% | 73% | 82% | 76% |
| LA13 - Composição dos grupos responsáveis pela governança corporativa e dos demais empregados | 91% | 73% | 73% | 79% |
| LA14 - Proporção de salário-base entre homens e mulheres | 73% | 64% | 64% | 67% |
| LA15 - Indicador de Desempenho Social - Emprego | 0% | 9% | 45% | 18% |
| MÉDIA GERAL | 72% | 65% | 76% | 71% |

Fonte: Elaborada pelos autores.

Ao analisar a Tabela 5, pode-se observar que de 2010 a 2012 houve uma oscilação entre esses anos na divulgação dos indicadores de práticas trabalhistas, sendo 72% em 2010, caindo para 65% em 2011 e voltando a subir em 2012 para 79%. As empresas que mais se destacaram foram Cemig, com 96%; CTEEP, com 91%; EDP, com 96%; e Tractebel com 87%.

Os indicadores de desempenho que apresentaram média mais relevante, com 82% no período estudado foram LA1 – Total de trabalhadores por tipo de emprego, contrato de trabalho e região e LA8 – Programa de educação, treinamento, aconselhamento, prevenção e controle de risco para empregados, familiares ou membros da comunidade com relação a doenças graves. Pode-se perceber que, as empresas estão procurando controlar as horas de treinamentos aos colaboradores a fim de qualificá-los para desenvolver as atividades de forma mais eficaz e segura. Em contrapartida, o indicador mais baixo foi LA15 – Indicador de desempenho Social – emprego, com 27%, pois somente a empresa Tractebel teve 100% nesse indicador, enquanto que a CEEE, Cesp, CPFL, Equatorial e Light não o divulgaram.

Tabela 6.

Divulgação dos Indicadores de Direitos Humanos por Ano – GRI

| EVIDENCIAÇÃO DOS INDICADORES DE DIREITOS HUMANOS | MÉDIA ANUAL | | | |
|---|-------------|------------|------------|-------------|
| | 2010 | 2011 | 2012 | Média Geral |
| HR1 - Contratos de investimentos significativos com cláusulas referentes a direitos humanos | 64% | 73% | 82% | 73% |
| HR2 - Empresas contratadas e fornecedores críticos submetidos a avaliações referentes a direitos humanos | 73% | 64% | 82% | 73% |
| HR3 - Treinamento em direitos humanos | 27% | 55% | 82% | 55% |
| HR4 - Número total de casos de discriminação | 82% | 73% | 91% | 82% |
| HR5 - Operações em que o direito de exercer a liberdade de associação e a negociação coletiva pode estar em risco | 73% | 73% | 91% | 79% |
| HR6 - Operações de risco de ocorrência de trabalho infantil | 91% | 73% | 82% | 82% |
| HR7 - Operações de risco de ocorrência de trabalho forçado ou análogo ao escravo | 91% | 73% | 82% | 82% |
| HR8 - Pessoal de segurança submetido a treinamento em direitos humanos | 36% | 55% | 82% | 58% |
| HR9 - Casos de violação de direitos indígenas | 55% | 64% | 82% | 67% |
| HR10 - Operações sujeitas a revisões e/ ou avaliações de impacto em relação a direitos humanos | 0% | 18% | 45% | 21% |
| HR11 - Número de queixas relacionadas a direitos humanos recebidas, tratadas e resolvidas por meio de mecanismos formais de reclamações | 0% | 18% | 45% | 21% |
| MÉDIA GERAL | 54% | 58% | 77% | 63% |

Fonte: Elaborada pelos autores.

Com relação à evidenciação dos indicadores de direitos humanos (Tabela 6), observa-se uma evolução gradual a cada ano, pois em 2010, 54% dos indicadores eram divulgados, e em 2012 esta média percentual passou para 77%. Neste quesito, destaca-se que os indicadores HR10 - Operações sujeitas a revisões e/ ou avaliações de impacto em relação a direitos humanos e HR11 - Número de queixas relacionadas a direitos humanos recebidas, tratadas e resolvidas por meio de mecanismos formais de reclamações, apresentam menor média de divulgação com 21%, pois foram divulgados apenas pelas empresas EDP e Eletrobrás no ano de 2011, e apenas pela Cemig, Copel, CTEEP, EDP e Eletrobrás no ano de 2012. A Tabela 7 mostra a avaliação dos indicadores de sociais – SO.

Tabela 7.

Divulgação dos Indicadores Sociais – SO, por Ano – GRI

| EVIDENCIAÇÃO DOS INDICADORES SOCIAIS-SO | MÉDIA ANUAL | | | |
|---|-------------|------|------|-------------|
| | 2010 | 2011 | 2012 | Média Geral |
| SO1 - Programas e práticas para avaliar e gerir os impactos das operações nas comunidades | 73% | 73% | 82% | 76% |
| SO2 - Percentual e número total de Unidades de Negócio submetidas a avaliações de riscos relacionados à corrupção | 64% | 64% | 73% | 67% |
| SO3 - Empregados treinados nas políticas e procedimentos anticorrupção | 45% | 64% | 64% | 58% |
| SO4 - Medidas tomadas em resposta a casos de corrupção | 91% | 73% | 82% | 82% |

| | | | | |
|--|------------|------------|------------|------------|
| SO5 - Participação na elaboração de políticas públicas e lobbies | 91% | 82% | 73% | 82% |
| SO6 - Valor total das contribuições financeiras e em espécie para partidos políticos | 73% | 73% | 73% | 73% |
| SO7 - Número total de ações judiciais por concorrência desleal, práticas de truste e monopólio e seus resultados | 55% | 64% | 73% | 64% |
| SO8 - Valor monetário de multas significativas e número de sanções não monetárias de não conformidade com leis e regulamentos | 45% | 64% | 73% | 61% |
| SO9 - Operações com significativo potencial ou real impacto negativo sobre as comunidades locais | 0% | 18% | 36% | 18% |
| SO10 - Medidas de prevenção e mitigação implementadas nas operações com significativo potencial ou real impacto negativo sobre as comunidades locais | 0% | 18% | 36% | 18% |
| MÉDIA GERAL | 54% | 59% | 66% | 60% |

Fonte: Elaborada pelos autores.

Ao observar a Tabela 7 pode-se verificar uma pequena evolução nas médias anuais de divulgação dos indicadores, em 2010 apresentou-se uma média de 54% e 2012 a média evolui para 66%, subindo apenas 12 pontos percentuais na evolução dos três anos.

Neste tópico pode-se destacar que os indicadores SO9 - Operações com significativo potencial ou real impacto negativo sobre as comunidades locais e SO10 - Medidas de prevenção e mitigação implementadas nas operações com significativo potencial ou real impacto negativo sobre as comunidades locais, apresentaram menor média de divulgação, com apenas 18% cada indicador, pois foram divulgados apenas pelas empresas EDP e Eletrobrás, em 2011 e Copel, CTEEP, EDP e Eletrobrás, no ano de 2012.

A empresa Equatorial destaca-se pelo baixo percentual médio de divulgação, com apenas 23%, e as empresas Cemig e Tractebel permanecem se destacando com as melhores médias de 80% cada.

Tabela 8.

Divulgação dos Indicadores Sociais – PR por Ano – GRI

| EVIDENCIAÇÃO DOS INDICADORES SOCIAIS- PR | MÉDIA ANUAL | | | |
|---|-------------|------|------|-------------|
| | 2010 | 2011 | 2012 | Média Geral |
| PR1 - Avaliação dos impactos na saúde e segurança no ciclo de vida de produtos e serviços | 55% | 55% | 55% | 55% |
| PR2 - Casos de não conformidade a regulamentos de saúde e segurança | 55% | 45% | 55% | 52% |
| PR3 - Procedimentos de rotulagem | 55% | 55% | 64% | 58% |
| PR4 - Número de casos de não conformidade com regulamentos e códigos voluntários relacionados com informações e rotulagem | 45% | 36% | 55% | 45% |
| PR5 - Práticas relacionadas com a satisfação do cliente | 64% | 73% | 82% | 73% |
| PR6 - Adesão às leis, normas e códigos voluntários de marketing, incluindo publicidade, promoção e patrocínio | 45% | 64% | 64% | 58% |
| PR7 - Casos de não conformidade a regulamentos | 45% | 55% | 73% | 58% |
| PR8 - Reclamações comprovadas sobre violação de privacidade | 55% | 73% | 64% | 64% |
| PR9 - Multas por não conformidade com leis e regulamentos relativos ao fornecimento e uso de produtos e serviços | 55% | 73% | 82% | 70% |

| | | | | |
|-------------|-----|-----|-----|-----|
| MÉDIA GERAL | 53% | 59% | 66% | 59% |
|-------------|-----|-----|-----|-----|

Fonte: Elaborada pelos autores.

Os indicadores sociais PR (Tabela 8), apresentam uma sutil evolução, bem parecida com os indicadores sociais – SO, ao longo dos três anos analisados, pois em 2010 apresentava uma média de 53% e em 2012 demonstrou média de 66%, o que confirma uma evolução paulatina de 13 pontos percentuais.

A empresa Cemig apresentou o percentual de 93% mais relevante dentre as demais empresas analisadas e a empresa Equatorial demonstrou um percentual reduzido de 26%, pois os indicadores PR6 - Adesão às leis, normas e códigos voluntários de marketing, incluindo publicidade, promoção e patrocínio divulgado pela empresa e o PR9-Multas por não conformidade com leis e regulamentos relativos ao fornecimento e uso de produtos e serviços não foram divulgados por essa empresa.

Pode-se observar na Tabela 9, elaborada com o intuito de consolidar todos os indicadores por categoria de desempenho: econômico, ambiental, social, práticas trabalhistas e direitos humanos, uma visão macro das médias percentuais por ano e por empresa. Pode-se constatar que as categorias com médias mais representativas por ano foram práticas trabalhistas com 71%, seguida do desempenho econômico com 69% e desempenho ambiental com 64%, demonstrando que as empresas estão respeitando e realçando a capacidade de seus trabalhadores.

Tabela 9.

Evidenciação Consolidada por categoria de desempenho

| DESEMPENHO ECONÔMICO | | | | | DESEMPENHO AMBIENTAL | | | | |
|-------------------------------------|------------|------------|------------|------------|--------------------------------|------------|------------|------------|------------|
| | 2010 | 2011 | 2012 | Média | | 2010 | 2011 | 2012 | Média |
| CEEE | 0% | 33% | 78% | 37% | CEEE | 45% | 13% | 26% | 28% |
| Cemig | 100% | 89% | 100% | 96% | Cemig | 87% | 97% | 100% | 95% |
| Cesp | 78% | 89% | 100% | 89% | Cesp | 58% | 100% | 100% | 86% |
| Copel | 22% | 22% | 100% | 48% | Copel | 45% | 45% | 100% | 63% |
| CPFL | 89% | 100% | 44% | 78% | CPFL | 87% | 94% | 32% | 71% |
| CTEEP | 67% | 100% | 100% | 89% | CTEEP | 23% | 68% | 100% | 64% |
| EDP | 33% | 100% | 100% | 78% | EDP | 0% | 100% | 100% | 67% |
| Eletrobrás | 44% | 44% | 44% | 44% | Eletrobrás | 68% | 68% | 68% | 68% |
| Equatorial | 56% | 0% | 0% | 19% | Equatorial | 39% | 0% | 0% | 13% |
| Light | 78% | 100% | 78% | 85% | Light | 61% | 90% | 74% | 75% |
| Tractebel | 100% | 100% | 100% | 100% | Tractebel | 74% | 74% | 77% | 75% |
| MÉDIA | 61% | 71% | 77% | 69% | MÉDIA | 53% | 68% | 71% | 64% |
| DESEMPENHO EM PRÁTICAS TRABALHISTAS | | | | | DESEMPENHO EM DIREITOS HUMANOS | | | | |
| | 2010 | 2011 | 2012 | Média | | 2010 | 2011 | 2012 | Média |
| CEEE | 67% | 0% | 0% | 22% | CEEE | 36% | 0% | 45% | 27% |
| Cemig | 93% | 93% | 100% | 95% | Cemig | 55% | 82% | 100% | 79% |
| Cesp | 67% | 93% | 93% | 84% | Cesp | 64% | 82% | 82% | 76% |

| | | | | | | | | | |
|------------|-----|-----|------|-----|------------|-----|------|------|-----|
| Copel | 0% | 0% | 100% | 33% | Copel | 18% | 0% | 100% | 39% |
| CPFL | 93% | 93% | 80% | 89% | CPFL | 82% | 73% | 64% | 73% |
| CTEEP | 80% | 93% | 100% | 91% | CTEEP | 36% | 64% | 100% | 67% |
| EDP | 93% | 93% | 100% | 95% | EDP | 82% | 100% | 100% | 94% |
| Eletrobrás | 73% | 73% | 80% | 75% | Eletrobrás | 55% | 73% | 100% | 76% |
| Equatorial | 60% | 0% | 0% | 20% | Equatorial | 45% | 0% | 0% | 15% |
| Light | 73% | 93% | 93% | 86% | Light | 36% | 82% | 73% | 64% |
| Tractebel | 87% | 87% | 87% | 87% | Tractebel | 82% | 82% | 82% | 82% |
| MÉDIA | 71% | 65% | 76% | 71% | MÉDIA | 54% | 58% | 77% | 63% |

DESEMPENHO SOCIAL-SO

| | 2010 | 2011 | 2012 | Média |
|------------|------|------|------|-------|
| CEEE | 50% | 0% | 30% | 27% |
| Cemig | 80% | 80% | 80% | 80% |
| Cesp | 50% | 80% | 80% | 70% |
| Copel | 20% | 10% | 100% | 43% |
| CPFL | 80% | 80% | 10% | 57% |
| CTEEP | 50% | 60% | 100% | 70% |
| EDP | 0% | 100% | 100% | 67% |
| Eletrobrás | 60% | 80% | 80% | 73% |
| Equatorial | 70% | 0% | 0% | 23% |
| Light | 50% | 80% | 70% | 67% |
| Tractebel | 80% | 80% | 80% | 80% |
| MÉDIA | 54% | 59% | 66% | 60% |

DESEMPENHO SOCIAL-PR

| | 2010 | 2011 | 2012 | Média |
|------------|------|------|------|-------|
| CEEE | 0% | 11% | 11% | 7% |
| Cemig | 100% | 78% | 100% | 93% |
| Cesp | 44% | 100% | 100% | 81% |
| Copel | 0% | 0% | 100% | 33% |
| CPFL | 100% | 71% | 11% | 61% |
| CTEEP | 33% | 100% | 100% | 78% |
| EDP | 0% | 100% | 100% | 67% |
| Eletrobrás | 56% | 71% | 55% | 61% |
| Equatorial | 78% | 0% | 0% | 26% |
| Light | 67% | 100% | 100% | 89% |
| Tractebel | 100% | 33% | 44% | 59% |
| MÉDIA | 53% | 60% | 66% | 59% |

Fonte: Elaborada pelos autores.

A Tabela 10 apresenta a média de desempenho geral por empresa.

Tabela 10.

Evidenciação de desempenho geral

| | DESEMPENHO GERAL | | | | Média |
|------------|------------------|--------------|-----------|-----------|-------|
| | TRABALHISTA | DIR. HUMANOS | SOCIAL SO | SOCIAL PR | |
| CEEE | 27% | 27% | 27% | 7% | 22% |
| Cemig | 80% | 79% | 80% | 93% | 83% |
| Cesp | 70% | 76% | 73% | 81% | 75% |
| Copel | 43% | 39% | 41% | 33% | 39% |
| CPFL | 57% | 73% | 65% | 61% | 64% |
| CTEEP | 70% | 67% | 68% | 78% | 71% |
| EDP | 67% | 94% | 80% | 67% | 77% |
| Eletrobrás | 73% | 76% | 75% | 61% | 71% |
| Equatorial | 23% | 15% | 19% | 26% | 21% |
| Light | 67% | 64% | 65% | 89% | 71% |
| Tractebel | 80% | 82% | 81% | 59% | 76% |
| MÉDIA | 60% | 63% | 61% | 59% | 61% |

Fonte: Elaborada pelos autores.

Constata-se que a Cemig é empresa que mais se destaca, com melhores médias percentuais de divulgação no período de 2010 a 2012.

CONCLUSÃO

O objetivo principal desta pesquisa foi compreender de que forma as maiores e melhores empresas do setor elétrico listadas e cotadas pela BM&FBOVESPA como Nível 1 e Novo Mercado divulgam aos *stakeholders*, suas práticas sustentáveis e indicadores de desempenho econômico, social e ambiental.

As análises resultaram em uma evolução razoável de 2010 a 2012, pois a grande maioria das empresas do setor elétrico divulgam suas informações aderindo às práticas da GRI. Observa-se que, algumas empresas devem adequar as informações de seus relatórios às exigidas pela GRI, do mesmo modo que Cemig e Tractebel vem informando, pois podem ser consideradas referências, haja vista seus relatórios mostrarem-se bem elaborados, claros, polidos, além de estarem praticamente completos com todas as práticas sustentáveis.

As informações relacionadas aos aspectos econômicos, tiveram significativa evolução entre os anos de 2010 e 2012, embora alguns indicadores como “EC9 - Descrição de Impactos Econômicos indiretos” tenham baixa evidencição na média geral.

Nos indicadores ambientais, percebe-se grande evolução também entre 2010 e 2012. Embora alguns indicadores tenham sido menos evidenciados de 2011 par 2012 (“EN1 - Materiais usados”; “EN11 - Área dentro de áreas protegidas, ou adjacente a elas, e áreas de alto índice de biodiversidade fora das áreas protegidas”; “EN12 - Descrição de impactos significativos na biodiversidade de atividades, produtos e serviços em áreas protegidas e em áreas de alto índice de biodiversidade fora das áreas protegidas”; “EN15 - Espécies em risco de extinção” etc.) na média, houve um aumento de evidencição neste bloco. O mesmo ocorre com o bloco de indicadores relacionados à direitos humanos.

Os indicadores relacionados aos aspectos trabalhistas, sociais (SO e PR), também tiveram aumento na evidencição, todavia de modo mais discreto.

As dificuldades e limitações encontradas nesta pesquisa para compilar os dados existentes em doze relatórios analisados, foram a ausência de relatórios e obstáculos por padrões diferenciados.

Como sugestão para novas iniciativas, a pesquisa poderá ser aprofundada com mais empresas do setor elétrico, ou mesmo com empresas de outro setor e que causam os mesmos impactos ou mesmo comparando com empresas de outro segmento e com mais períodos.

Concluindo, os relatórios demonstraram que mesmo fazendo parte do mesmo setor elétrico, as empresas não estão em um nível semelhante de aderência aos indicadores da GRI.

REFERÊNCIAS

- Associação Brasileira dos Distribuidores de Energia Elétrica. (2013) *Visão Geral Do Setor Elétrico*. Recuperado em 05 outubro, 2013, de <http://Www.Abradee.Com.Br/Setor-Eletrico/Visao-Geral-Do-Setor>.
- Agência Nacional de Energia Elétrica. (2006). *Despacho N°.3.034 De 21/12/2006*. Recuperado em 05 outubro, 2013, de http://Www.Aneel.Gov.Br/Aplicacoes/Leitura_Arquivo/Arquivos/Despacho-3073-2006-Public2.Pdf
- Agência Nacional De Energia Elétrica. (2013). *A Importância Do Setor Elétrico*. Recuperado em 05 outubro, 2013, de <http://Www.Aneel.Gov.Br/Aplicacoes/Atlas/Introducao/Introducao.Htm>
- Barichello, S. E. & Araujo, L. E. B. (2002). O Princípio Do Poluidor Pagador E Os Mecanismos De Flexibilização No Protocolo De Kyoto – *Revista Brasileira De Ciências Sociais*, 17(50), 137-149.
- Basseto, L. I. (2010). A Incorporação Da Responsabilidade Social E Sustentabilidade: Um Estudo Baseado No Relatório De Gestão 2005 Da Companhia Paranaense De Energia – Copel – *Revista G&P*. 17(3), 639-651.
- BM&FBOVESPA. (2014). *Índice de Sustentabilidade Empresarial – ISE*. Recuperado em 21 julho, 2014, de <http://www.bmfbovespa.com.br/indices/resumoindice.aspx?indice=ise&idioma=pt-br>
- Borges, F. Q. (2012). Administração Pública Do Setor Elétrico: Indicadores de Sustentabilidade no Ambiente Residencial do Estado do Pará – *Rap - Revista de Administração Pública*, 46(3), 737-751.
- Brundtland, G. H. (Org.). (1987). *Our Common Future. World Commission on Environment and Development*. Oxford: Oxford University Press.
- Carreira, F. A. & Palma, C. M. (2012). Análise Comparativa Dos Relatórios De Sustentabilidade Das Empresas Brasileiras, Espanholas, Portuguesas E Andorra – *Revista Universo Contábil*, 8(4), 140-166.
- Carvalho, D. & Lourenço, M. L. (2013). Sustentabilidade Social E Desenvolvimento Sustentável – *Race – Revista De Administração, Contabilidade E Economia – Unoesc*, 12(1), 9-38.
- Cervo, A. L.; Bervian, P. A. & Silva, R. (2006). *Metodologia Científica*. 6ª. Ed. São Paulo: Pearson.
- Corrêa, R.; Souza, M. T. S.; Ribeiro, H. C. M. & Ruiz, M. S. (2012). Evolução Dos Níveis De Aplicação De Relatórios De Sustentabilidade (Gri) De Empresas Do Ise/Bovespa – *Sociedade, Contabilidade e Gestão*, 7(2), 24-40.
- Diniz, E. M. & Berman. (2012). Economia Verde E Sustentabilidade – *Instituto De Estudos Avançados da Universidade da USP*, 26(74), 323-230.
- Eler, M. N. & Millani, T. J. (2007). Métodos de Estudos de Sustentabilidade Aplicados a Aquicultura. *Revista Brasileira De Zootecnia*, 36, Suplemento Especial, 33-44.
- Ennes, S. A. W. (1995). Privatização do Setor Elétrico: de Volta ao Futuro ou um Passo para o Passado? *Rae – Revista de Administração de Empresas*, 35(1), 17-22.
- Estender, A. C., & Pitta, T. D. T. M. (2009). O conceito do desenvolvimento sustentável. *Revista Terceiro Setor-UnG*, 2(1), 22-28.
- Faria, E. C. & Nogueira, E. P. (2012). Sustentabilidade Nos Principais Banco Brasileiros: Uma Análise Sob A Ótica Da Global Reporting Initiative – *Revista Universo Contábil*, 8(4), 119-139.

Ferreira, V. F.; Pardini, V. L. & Torresi, S. I. C. (2010). O Que É Sustentabilidade? *Revista Química Nova*, 33(1), 1-24.

Fgv. (2013). *Relatórios De Sustentabilidade: Comparabilidade Requer Atenção*. Recuperado em 21 julho, 2014, de [Http://Www.Pagina22.Com.Br/Index.Php/2013/07/Relatorios-De-Sustentabilidade-Comparabilidade-Requer-Atencao](http://www.pagina22.com.br/index.php/2013/07/relatorios-de-sustentabilidade-comparabilidade-requer-atencao)

GRI – Global Reporting Initiative. (2013). *Sobre A Gri*. Recuperado em 17 agosto, 2013, de [Https://Www.Globalreporting.Org/Languages/Portuguesebrazil/Pages/Default.Aspx](https://www.globalreporting.org/languages/portuguesebrazil/pages/default.aspx)

Valadão Junior, M. V.; Malaquias, R. F. & Sousa, E. G. (2008). Controladoria Como Uma Opção À Sustentabilidade Econômica Nas Organizações De Terceiro Setor: o caso de uma associação. *Revista Contemporânea De Contabilidade*, 1(9), 131-151.

Maçambanni, T. A., Van Bellen, H. M., da Silva, T. L., & Ventura, C. (2013). Evidenciação Socioambiental: Uma Análise do Balanço Social de Empresas do Setor Elétrico que Atuam nas Regiões Sul e Nordeste do Brasil. *Revista de Gestão Ambiental e Sustentabilidade - GeAS*, 2(1), 123-142.

Oliveira, M. A. S., Campos, L. M. S., Sehnem, S. & Rossetto, A. M. (2014) Relatórios de Sustentabilidade Segundo a Global Reporting Initiative (GRI): uma análise de correspondências entre os setores econômicos brasileiros. *Produção*, 24(2), 392-404.

Perez, F. (2008). *A Evolução Dos Relatórios De Sustentabilidade No Setor De Mineração* (Dissertação de Mestrado, Escola Politécnica da Universidade de São Paulo, Departamento de Engenharia de Minas e Petróleo).

Rocha, T. A. C. (2012). *Análise do Relatório GRI enquanto Ferramenta para a Mensuração da Sustentabilidade Empresarial*, (Dissertação de Mestrado, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo).

Santos, G. A. G., Barbosa, E. K., Silva, J. F. S. Abreu, R. S. (2008). Por que as tarifas foram para os céus? Proposta para o setor elétrico brasileiro. *Revista do BNDES*, 14(29), 435-474.

Silva, L. S. A. D., & Quelhas, O. L. G. (2006). Sustentabilidade Empresarial e o Impacto no Custo de Capital Próprio das Empresas de Capital Aberto. *Gestão & Produção*, 13(3), 385-395.

Silva, S. S., Reis, R. P., & Amâncio, R. (2011). Paradigmas ambientais nos relatos de sustentabilidade de organizações do setor de energia elétrica. *Revista de Administração Mackenzie*, 12(3), 146-176.